

## Ata da Reunião Ordinária do CLASSC

### Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém

--- Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, reuniu o CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém, pelas catorze horas (respeitando o período regulamentar de tolerância de trinta minutos), no Auditório Municipal António Chainho, em Santiago do Cacém. -----

--- A sessão foi presidida pela Presidente do CLASSC, Sónia Gonçalves, tendo por base a seguinte ordem de trabalhos: -----

**Ponto um:** Avaliação da Operacionalização do Plano de Ação da Rede Social de 2025 (dois mil e vinte e cinco); -----

**Ponto dois:** Aprovação do Plano de Ação da Rede Social de 2025 (dois mil e vinte e cinco); -----

**Ponto três:** Aprovação da atualização do Diagnóstico Social do Município de Santiago do Cacém; -----

**Ponto quatro:** Apresentação e discussão da Carta Social do Município de Santiago do Cacém; -----

**Ponto cinco:** Dois anos de SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social; -----

**Ponto seis:** Apresentação do Projeto Radar Social e da Equipa; -----

**Ponto sete:** Apresentação do Projeto CLDS 5G – Contrato Local de Desenvolvimento Social; -----

**Ponto oito:** Informações; -----

--- Estiveram presentes as seguintes entidades parceiras: Junta de Freguesia de Santo André, União de Freguesias de Santiago do Cacém, Santa Cruz e São Bartolomeu da Serra, Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém, Agrupamento de Escolas de Santiago do Cacém, ULSLA - Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, Câmara Municipal de Santiago do Cacém, Instituto da Segurança Social, I.P – Centro Distrital de Setúbal, CIMAL - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral, Casa do Povo de Alvalade, Agrupamento de Escolas de Santo André, CERCISIAGO – Cooperativa para a Educação e

Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém, ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano e Intervir.Com – Associação de Promoção de Saúde, Desenvolvimento Social e Cultural. ----- --- Estiveram, ainda, presentes as técnicas do Projeto Radar Social. ----- --- A reunião teve início com a Sra. Presidente do CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém, Vereadora Sónia Gonçalves, a dar as boas-vindas e a agradecer a presença de todos na reunião, explicando que se optou por agendar o plenário para as 13h30 (treze horas e trinta minutos) devido à ordem de trabalhos ser extensa. -----

**Ponto um:** Avaliação da Operacionalização do Plano de Ação da Rede Social de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

--- A Sra. Presidente começou por passar a palavra à Dra. Filomena Marquês Martins, Chefe do Serviço de Intervenção Social e Saúde, que apresentou os resultados do relatório de avaliação da operacionalização do Plano de Ação da Rede Social do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), informando os presentes que apesar do resultado do trabalho desenvolvido pela Rede Social e pelas entidades parceiras, a execução total do Plano de Ação não foi a esperada, situando-se nos 50,9% (cinquenta, nove por cento). A taxa de execução abaixo do esperado deve-se à inserção de ações relativas ao projeto CLDS 5G – Contrato Local de Desenvolvimento Social, que apenas foi aprovado no presente ano, deixando por realizar todas as ações que lhe respeitavam. A par deste projeto, informou, também, que para a baixa taxa de operacionalização, também contribuiu o início da 2.ª (segunda) fase do Projeto Radar Social, o que fez com que algumas ações também não fossem realizadas. A par das ações dos anteriores projetos que não foram operacionalizadas, o facto de não ter sido enviada informação por parte das entidades parceiras da Rede Social não permitiu a total avaliação do trabalho desenvolvido ao longo do ano. -----

--- A Sra. Presidente, aproveitou para apelar à colaboração das entidades parceiras não só na elaboração do Plano de Ação, mas também na operacionalização e avaliação do mesmo. -----

---

**Ponto dois:** Aprovação do Plano de Ação da Rede Social de 2025 (dois mil e vinte e cinco). -----

--- A Sra. Presidente passou a palavra à Dra. Filomena Marquês Martins, que passou a apresentar o Plano de Ação da Rede Social para o ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), informando os presentes que à semelhança do ano transato o Plano é constituído por 6 (seis) eixos: Dinamizar e Potenciar o Funcionamento da Rede Social; Cidadania, Migração e Igualdade; Promoção do Envelhecimento Ativo e Apoio à População Séniors; Intervenção no Domínio da Saúde; Empreendedorismo, Empregabilidade e Qualificação; e Intervenção em Grupos ou Famílias em Situação de Pobreza ou Vulnerabilidade. Destacou, igualmente, a importância dos contributos das entidades parceiras para o enriquecimento deste documento, como a Intervir.Com Associação, os Agrupamentos de Escolas, as Juntas de Freguesia do Município, a Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém, a Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, a CERCISIAGO – Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém, entre outras. Destacou o papel importante de projetos como o Radar Social, o CLDS 5G – Contrato Local de Desenvolvimento Social e o *Just a Change*, ao nível da habitação. -----

--- A Dra. Lília Agostinho, do Instituto da Segurança Social pediu a palavra, começando por cumprimentar todos os presentes. Referiu que, relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos (avaliação da operacionalização do Plano de Ação da Rede Social de 2024) foi muito o trabalho desenvolvido pelo Município de Santiago do Cacém, destacando o seu interesse e importância. Referiu, ainda, a pouca participação das entidades parceiras nos plenários de CLAS – Conselho Local de Ação Social, no entanto estes momentos são de extrema importância. Destacou o importante papel dos Planos de Ação como instrumento de compromisso por parte de todas as entidades parceiras da Rede Social, bem como dos projetos e linhas de financiamento como o CLDS 5G – Contrato Local de Desenvolvimento Social e o Radar Social. Parabeniza a Rede Social pelo resultado da elaboração do documento, destacando o potencial das entidades parceiras para o desenvolvimento e operacionalização do mesmo. ---

--- A Sra. Presidente colocou a aprovação o Plano de Ação da Rede Social para o ano 2025 (dois mil e vinte e cinco) tendo os presentes aprovado o mesmo por maioria. O Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal absteve-se na

votação das ações do Plano do projeto Radar Social, na medida em que “*no que concerne à sua participação e/ou construção dos instrumentos sobre o Radar Social dão nota que o Instituto da Segurança Social, I.P., celebrou, na qualidade de beneficiário intermediário, com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, o contrato de financiamento para a realização do investimento com o código RE-C03-i01, designado por «Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais», ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio. Na qualidade de beneficiário intermediário, o ISS, I.P. é a entidade pública globalmente responsável pela implementação física e financeira do investimento, contudo a sua execução é assegurada por entidades parceiras por si selecionadas mediante publicação de avisos de abertura de concurso. Assim, enquanto representantes do ISS, I.P. presentes em reuniões de NE e CLAS, nas quais ocorram apreciações e contributos, bem como votações/nomeações no âmbito do RADAR SOCIAL, abster-se-ão quer na elaboração dos instrumentos enquadradores, quer na votação em sede de plenário. Nesta linha, a abstenção garante a inexistência de conflito de interesses.*”.

Contudo, aprova o restante conteúdo do Plano de Ação da Rede Social de 2025 (dois mil e vinte e cinco). --

---

**Ponto três:** Aprovação da atualização do Diagnóstico Social do Município de Santiago do Cacém. -----

--- A Sra. Presidente passou a palavra à técnica do Município, Patrícia Gonçalves, que começou por apresentar a atualização do Diagnóstico Social, explicando que esta atualização decorreu da necessidade de atualizar os dados constantes do relatório anterior, datado de 2020 (dois mil e vinte), no decorrer da primeira fase do Projeto Radar Social. A estrutura do Diagnóstico foi reajustada de acordo com a estrutura do Plano de Ação da Rede Social e do Plano de Desenvolvimento Social, em vigor, ficando dividido em sete capítulos: Enquadramento Geográfico e Demográfico; Cidadania, Participação e Igualdade; Envelhecimento; Saúde; Empreendedorismo e Empregabilidade; Grupos ou Famílias em Situação de Pobreza ou Vulnerabilidade; e Migração. Os dados atualizados decorrem dos dados censitários dos Censos de 2021 (dois mil e vinte e um) e dos dados remetidos pelas entidades parceiras da Rede Social de 2021 (dois mil e vinte e um) a 2024 (dois mil e vinte e quatro). Foi ainda

realizada uma Análise SWOT, demonstrada às entidades parceiras através de

QRCode, e, posteriormente construídas prioridades de intervenção classificadas de acordo com o seu impacto, urgência e recursos. Assim, e de acordo com o critério de urgência, foram identificadas as seguintes prioridades de intervenção:

1. Combate à violência doméstica e proteção de crianças/jovens em risco; 2. Apoio à população idosa isolada e sem retaguarda familiar; 3. Melhoria da habitação, redução de carências habitacionais e arrendamento a custos moderados; 4. Promoção da igualdade de género e combate à desigualdade salarial; 5. Atração de recursos humanos qualificados na saúde e apoio social; 6. Integração de imigrantes e combate ao desconhecimento populacional; 7. Melhoria da acessibilidade e dos transportes coletivos; 8. Expansão da oferta de creches e ERPI (Estrutura Residencial para Pessoas Idosas); 9. Combate à iliteracia e formação profissional. -----

--- A Sra. Presidente destacou o importante levantamento e priorização de temáticas como o envelhecimento e a habitação das populações, duas das variáveis mais relevantes do Município. -----

--- A Dra. Alexandra Leitão, da CERCISIAGO - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém destacou o importante papel das IPSS – Instituições Particulares de Solidariedade Social e o trabalho desenvolvido por estas. -----

--- A Dra. Lília Agostinho, do Instituto da Segurança Social, destacou que o Diagnóstico Social é um documento dinâmico, não se encontrando fechado e podendo sofrer constantes atualizações e alterações. -----

--- A Sra. Presidente colocou à aprovação a atualização do Diagnóstico Social do Município de Santiago do Cacém, tendo os presentes aprovado o mesmo por unanimidade. -----

**Ponto quatro:** Apresentação e discussão da Carta Social do Município de Santiago do Cacém. -----

--- A Sra. Presidente passou a palavra ao Dr. Luís Carvalho, da RUR, que apresentou a Carta Social do Município de Santiago do Cacém. A construção do instrumento de planeamento é resultado do papel interventivo do Município e das entidades parceiras, aproveitando a oportunidade para agradecer a todos os

parceiros pelo empenho na participação na recolha de dados. O documento está estruturado com base na auscultação de atores, enquadramento conceitual, político e institucional, quadros de referência territorial e diagnóstico da provisão de equipamentos e respostas sociais. Relativamente a dados relevantes ao nível do cenário demográfico do Município, o Dr. Luís destacou a perda demográfica no concelho, o acréscimo significativo dos fluxos migratórios, a forte rede de equipamentos e respostas sociais e a sua caracterização, o reforço do papel da ação social nas políticas públicas e a estruturação do programa de intervenção da Rede Social.-----

--- A Sra. Presidente destacou a importância da construção deste documento para a intervenção e a definição de prioridades no Município, resultando o mesmo como um importante instrumento de planeamento com linhas orientadoras para o futuro. Informou também, de acordo com as necessidades identificadas pelo relatório, nomeadamente ao nível da infância, que apesar do parecer favorável do Núcleo Executivo e do CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém, as candidaturas para creche da Santa Casa da Misericórdia de Santiago do Cacém e da Casa do Povo de Cercal do Alentejo não foram aprovadas. -----

--- A Dra. Filipa Santos, da ULSLA – Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, informou que a ULSLA criou recentemente o serviço local de saúde mental, que desenvolve consultas não só no Hospital do Litoral Alentejano, mas também de forma descentralizada. Informou, também, que se encontram abertos concursos para a implementação das Equipas Comunitárias de Saúde Mental.

--- A Dra. Lília Agostinho, do Instituto da Segurança Social, destacou a importância do documento que levantou enormes desafios para o território, dando enfase à necessidade do aumento da resposta em creche, tendo por base a análise prospectiva realizada, bem como as respostas ao nível da habitação, nomeadamente no que respeita à habitação colaborativa e a custos controlados. A Carta social obteve parecer positivo de todos os parceiros, presentes, do CLASSC. -----

---

**Ponto cinco:** Dois Anos de SAAS – Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social. -----

--- Foi apresentado um vídeo sobre a intervenção do Serviço de Atendimento e Acompanhamento no ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro). -----

--- A Dra. Alexandra Leitão, da CERCISIAGO - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas de Sines e Santiago do Cacém deu os parabéns ao trabalho desenvolvido pela equipa e pela forte articulação com os parceiros da Rede Social. -----

---

**Ponto seis:** Apresentação do Projeto Radar Social e da Equipa. -----

--- A Sra. Presidente passou a palavra à Dra. Filomena Marquês Martins, que passou a apresentar o Projeto. O Projeto Radar Social é um Projeto Piloto, resultado da candidatura do Município de Santiago do Cacém, que pretende a identificação e sinalização de indivíduos, famílias e/ou grupos em situação de vulnerabilidade social, risco de pobreza e de exclusão. A intervenção é feita através de articulação com as entidades locais parceiras da Rede Social, com base na georreferenciação social e capacitação do território. O projeto tem como objetivos: identificar e sinalizar situações de vulnerabilidade e exclusão social, implementar um sistema de georreferenciação social, capacitar o território na procura de soluções e do melhor aproveitamento dos recursos, promover o trabalho em rede das entidades e dos recursos locais e dinamizar o desenvolvimento social integrado e sustentável. Informou, ainda, que o projeto iniciou a sua primeira fase no ano transato, mas que apenas no presente ano é que a equipa ficou completa. Aproveitando a oportunidade para apresentar as duas técnicas do Radar Social presentes. -----

--- A Dra. Lília Agostinho, do Instituto da Segurança Social, destacou que o Projeto Radar Social é um grande desafio, configurando um projeto de terreno que implica uma forte ligação com as entidades locais. -----

---

**Ponto seis:** Apresentação do Projeto CLDS 5G – Contrato Local de Desenvolvimento Social. -----

--- A Sra. Presidente passou a palavra à Dra. Cláudia Silva, da ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano e Coordenadora do CLDS 5G – Contrato Local de Desenvolvimento Social para proceder à apresentação do Projeto. -----

---

--- A Dra. Cláudia Silva começou por informar os parceiros presentes que finalmente o projeto voltou ao terreno, estando tanto a equipa como os destinatários muito felizes por este recomeço. A candidatura ao projeto CLDS 5G foi apresentada a 12 (doze) de setembro de 2024 (dois mil e vinte e quatro) e aprovada em 21 (vinte e um) de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco), tendo como Entidade Coordenadora Local da Parceria a ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano e Entidade Local Executora das Ações a Câmara Municipal de Santiago do Cacém. O projeto tem dois eixos de intervenção e 12 (doze) ações, pretende abranger 1.250 (mil, duzentos e cinquenta) destinatários e tem a duração de 48 (quarenta e oito) meses. Foram apresentadas as ações por eixo, o orçamento e a equipa. -----

--- A Sra. Presidente destacou a importância do projeto para o território, dando ênfase ao desafio do trabalho no Eixo 4 – Desenvolvimento social, capacitação comunitária e intervenção em contextos de emergência social e de cenários de emergência. -----

---

**Ponto sete:** Informações. -----

--- O Instituto da Segurança Social informou que: -----

--- O Compromisso de Cooperação para o Setor Social e Solidário para o biénio 2025-2026 (dois mil e vinte e cinco, dois mil e vinte e seis), que decorrido o período de negociações, foi subscrito em 18 (dezoito) de março de 2025 (dois mil e vinte e cinco), pelos Ministérios do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social; Justiça; Finanças; Educação; Ciência e Inovação; Saúde; Juventude e Modernização e Entidades Representativa do Setor Social e Solidário (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS; União das Misericórdias Portuguesas – UMP; União das Mutualidades Portuguesas – UM; Confederação Cooperativa Portuguesa – CONFECOOP). Desde trabalho e do subsequente processo negocial resultaram as atualizações das comparticipações, por resposta social, bem como, majorações específicas, que constam de anexos ao compromisso, páginas 46 (quarenta e seis) e 50 (cinquenta). Salientou que este compromisso conta com duas novas áreas estratégicas; Justiças e Segurança Social, e Igualdade e Segurança Social. -----

--- Informou sobre o Aviso de abertura de candidaturas ao Programa de Celebração ou Alargamento de Acordos de Cooperação para o Desenvolvimento de Respostas Sociais (PROCOOP), cujo período de submissão de candidaturas decorrer de 29 (vinte e nove) de abril e 15 (quinze) de maio de 2025 (dois mil e vinte e cinco). São elegíveis as respostas sociais: Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI); Centro de Dia (CD); Serviço de Apoio Domiciliário (SAD); Centro de Atividade e Capacitação para a Inclusão (CACI); Lar Residencial (LR); Residência de Autonomização e Inclusão (RAI). Não são elegíveis, nesta candidatura, outras respostas sociais, não previstas na lista acima, nem as que se enquadram nas respostas sociais isentas de procedimento de candidatura a PROCOOP. Encontram-se isentas de procedimento à referida Candidatura as respostas sociais elegíveis financiadas pelo Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) e pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). O Manual de Apoio à submissão destas candidaturas está acessível *online* e está disponível, na Segurança Social Direta, a plataforma para submissão dos pedidos, conforme informação já remetida a todas as Entidades pelo Centro Distrital, por via do Núcleo de Respostas Sociais.

--- Estratégica Única dos Direitos das Crianças e Jovens para o período 2025-2035 (dois mil e vinte e cinco, dois mil e trinta e cinco): Esta estratégia é um instrumento que visa a efetiva articulação entre a continuidade das medidas da Estratégia Nacional dos Direitos das Crianças 2021-2024 (dois mil e vinte e um, dois mil e vinte e quatro), o Plano de Ação da Garantia para a Infância 2022-2030 (dois mil e vinte e dois, dois mil e trinta) e o Eixo Estratégico 1 (um) da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030 (dois mil e vinte e um, dois mil e trinta), pretendendo-se ter assim um quadro único e abrangente nas matérias da infância e juventude. Salienta, ainda, a importância da constituição dos Núcleos Locais de Garantia para a Infância e o quanto podem ser eficazes como medida de prevenção da pobreza infantil e de situações de menores em risco e perigo. -----

--- Implementação do Projeto Piloto dos Cartões Sociais – Cartão Mais Pessoas no território de Santiago do Cacém e Sines: estes cartões permitem que as famílias mais carenciadas possam comprar alimentos de acordo com as suas necessidades e preferências (pese embora com algumas restrições a bens não

essenciais), em vez de receberem um cabaz pré-definido. Essa autonomia na escola contribui para diminuir o risco de estigmatização social. Os cartões, que substituem os cabazes de apoio alimentar, funcionam como cartões eletrónicos, que podem ser usados em estabelecimentos aderentes ao programa. Este modelo também veio atenuar os problemas de logística das Entidades, que estão envolvidas no processo, particularmente, pela conservação dos produtos congelados. -----

--- A ADL – Associação de Desenvolvimento do Litoral Alentejano informou que:  
--- Se encontram a decorrer inscrições para ações de formação previstas para maio e junho de 2025 (dois mil e vinte e cinco), no âmbito do projeto Empreendedorismo Verde, financiado pelo Fundo de Transição Justa para o Alentejo Litoral, em formato *b-learning*, nomeadamente nas áreas de: Ambiente, Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho; Gestão de Empresa Agrícola; Agricultura Sustentável e Folha de Cálculo – Funcionalidades Avançadas. Estão, ainda, em preparação, outras ações, nomeadamente a Formação Inicial de Aplicação de Fitofarmacêuticos para acesso à emissão do cartão de aplicador. Todas as ações são gratuitas e dão direito a subsídio de alimentação por cada dia de formação assistido, bem com apoio para deslocação para sessões presenciais que decorram fora da localidade de residência do formando. No cado de pessoas desempregadas têm ainda direita a bolsa de formação. -----

--- A Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém informou que: ---  
--- Já regressou ao ativo, bem como rede, e encontra-se disponível para trabalhar com todas as entidades parceiras da Rede Social. Informou que os fluxos migratórios estão a aumentar progressivamente com imigrantes vindos de vários países, o que não era habitual, aumento o desafio e a necessidade de trabalho, sendo necessário traçar um plano de intervenção para o acolhimento. Informou, também, que o Centro de Atendimento se encontra a funcionar das 8h00m (oito horas) às 22h00m (vinte e duas horas), estando a atender uma média de 700 (setecentos) migrantes. Pretende-se que este atendimento seja descentralizado, também, para Santo André e Santiago do Cacém. -----

--- Não havendo mais nada a tratar, deu-se por encerrada a sessão, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pela Presidente do

CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém, e anexada a lista de presenças. -----

A Presidente do CLASSC – Conselho Local de Ação Social de Santiago do Cacém

---

Sónia Gonçalves